

# Ministros militares alarmam-se com desequilíbrio orçamentário

A cúpula das Forças Armadas está alarmada com a saúde financeira do governo, projetada para o ano que vem através do Orçamento da União divulgado na semana passada. Números como o salto dos encargos financeiros — que tomam neste ano 29,32% do Orçamento e que, em 1992, representarão 48,48% dos recursos previstos — comprovam, na visão dos ministros militares, a absoluta necessidade de se aprovar as mudanças constitucionais apresentadas pelo governo.

“É impossível administrar a economia sem conscientização dos deputados e senadores da necessidade de alterar a Constituição”, afirma o ministro da Marinha, Mário César Flores. Assim como ele, pensam os ministros Carlos Tinoco (do Exército) e Sócrates Monteiro (da Aeronáutica). Os três vão encaminhar seus pontos de vista à reunião do Conselho da República, através do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. É com Passarinho que eles pretendem discutir o que pensam a respeito dos vários fatores da crise nacional — sendo o principal deles as concessões que elevam o crescimento das transferências de recursos para Estados e municípios.

Trabalhando com base no Orçamento Geral da União de 1992 os militares acham impossível que o Executivo só consiga ficar com 37% do bolo de recursos do Tesouro para administrar estradas, conduzir programas de saúde, além das outras exigências sociais. Os encargos da União somam 48%, as transferências para Estados e municípios engolem mais 9% e os encargos previdenciários dos funcionários da União engolem outros 4%. “Enquanto não for

mudada esta distribuição de encargos, não há mesmo solução para a crise nacional”, avalia o ministro da Marinha.

## Investimentos externos

O ministro do Exército, Carlos Tinoco, segundo um oficial que despacha com ele, também vê com enorme preocupação a questão da governabilidade do presidente Fernando Collor e as dificuldades do chefe de governo para trabalhar com o que lhe sobra no orçamento e dar respostas exigidas pela sociedade. A queda de popularidade do presidente, na avaliação do oficial, é também produto das poucas realizações sociais, por causa da escassez de recursos. “Infelizmente temos que reconhecer que, embora a Constituição tenha muitos aspectos positivos, na parte econômica dificulta investimentos externos e impede o País de reconquistar credibilidade para fechar acordos com organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional”, explica o oficial do Exército, assegurando que prevalece no alto comando das Forças Armadas uma visão muito diferente hoje, do que há alguns anos.

O ministro da Marinha é um dos principais defensores do acerto externo e interno das finanças públicas. Ele acha, por exemplo, que ao alterar a Constituição e algumas leis, o Brasil poderá obter em troca mais tecnologia, ou seja, atualizar sua indústria e ficar mais competitivo para vender no exterior. Mas, para isto, os militares sabem que será preciso mudar a Constituição e estão fechados em torno da proposta de emenda feita pelo presidente Collor.

**Vanda Célia**